



Publicado em *Comissão Permanente de Arquivo - CParq* (<https://cparq.ufba.br>)

[Início](#) > ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO REALIZADA EM 22.10.2003.

## ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO REALIZADA EM 22.10.2003.

**Tipo de Reunião:** Extraordinária

**Data:** qua, 22/10/2003 (All day)

**Pauta:**

Logo após, o Senhor Presidente anunciou a inversão da pauta, de modo a priorizar a discussão acerca da "Aplicação dos Recursos da Emenda Parlamentar 2003", passando, de antemão, a palavra ao Conselheiro Antonio Heliodório Lima Sampaio, Relator pela Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças, que procedeu, de imediato, à leitura do parecer da referida Comissão (apensado a esta Ata), finalizado com a apresentação de uma tabela (modificada, em relação à proposta original da PROPLAD) para aplicação dos recursos retro mencionados, com base em alguns critérios estabelecidos pela Comissão relatora, especificados no seu parecer. Subseqüentemente, ao longo do debate instalado, diversos Conselheiros, a seguir nomeados, alguns em mais de uma intervenção, externaram sugestões, questionamentos, dúvidas, comentários e posicionamentos. Iniciando a discussão, o Conselheiro **Antonio Albino Canelas Rubim** propôs, com justificativas, como complemento à proposta da Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças, que em toda distribuição de recursos de emendas orçamentárias parlamentares seja destinado um percentual para a atualização do parque de informática da UFBA. Nessa perspectiva, o Conselheiro **Antonio Albino**, membro da supracitada Comissão, ressaltou que os critérios definidos pela Comissão devem ser entendidos, inclusive, como um padrão a ser observado quando das futuras aplicações de recursos dessa natureza. Demais disso, o Conselheiro **Antonio Albino** sugeriu que fosse alterada a nomenclatura do item 1.2.2 ("Aquisição de micro-computadores") da "Tabela de Distribuição de Recursos", apresentada pela Comissão relatora, para "Investimento em Informática", deslocando-o para o quadro do "Orçamento Participativo". **Edmar José Borges de Santana** quis saber porque a ampliação do sistema TELEUFBA, que constava da versão original de aplicação dos recursos, não fora contemplada na proposta apresentada pela Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças. Respondendo a esse questionamento, o Conselheiro relator, **Antonio Heliodório Lima Sampaio**, disse que a Comissão fora informada pela PROPLAD que já existia uma outra verba destinada ao TELEUFBA; posteriormente, o Conselheiro Vice-Reitor, Prof.

**Francisco Gomes Mesquita**, informou que os serviços para ampliação do TELEUFBA no *campus* do Canela já estavam em andamento e que os recursos noticiados pela PROPLAD destinar-se-iam à implantação desse sistema de telefonia nas Unidades do *campus* de Ondina; o Conselheiro **José Tavares Neto** perguntou ao Vice-Reitor porque a Faculdade de Medicina, localizada no *campus* do Canela, não havia sido incluída nessa extensão do TELEUFBA; e o Conselheiro **Nelson de Luca Pretto** lembrou que a verba anunciada propiciaria, apenas, a instalação de um cabo telefônico específico na frente das Unidades, havendo necessidade de novos recursos para que o referido cabo possa ser distribuído no interior dos prédios. **Carmen Célia Carvalho Smith** perguntou para quais Unidades seriam destinados os elevadores, item 2.2 da supramencionada tabela; se nos "Projetos executivos para residências universitárias" (item 1.3.4) estaria incluída, também, a possibilidade de aquisição de móveis e outros equipamentos que possam dar mais conforto e condições dignas aos residentes; e se, no item

1.2.1, "Investimento do CPD; aquisição de *softwares*", as Unidades poderiam ser contempladas com a aquisição de *softwares* para atender as suas demandas específicas. Posteriormente, numa segunda intervenção, a Conselheira **Carmen Célia** acrescentaria que considerava exorbitante o montante alocado para projetos, ponderando que esse custo poderia ser reduzido se os projetos fossem elaborados por técnicos da Prefeitura do *Campus*; que a denominação do item 2, "Orçamento Participativo", não se coadunava à realidade, na medida em que não houve, efetivamente, participação das Unidades para a consecução da proposta, tendo sido a própria Comissão que decidiu como seria e os Conselheiros iriam, apenas, dar ou não o seu aval, já que os prazos apertados inviabilizavam uma discussão mais prolongada, recomendando que, para o futuro, se trabalhe com mais antecedência, conquanto os recursos são sempre insuficientes e as demandas são grandes, tornando-se indispensável planejar e racionalizar cuidadosamente; perguntou que critérios serão utilizados para a repartição dos R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) para Unidades/Órgãos, lembrando que, na alocação passada, recursos destinados à Escola de Nutrição haviam sido desviados, agravando a situação de extrema precariedade das suas instalações físicas, com risco, inclusive, de desabamento de paredes e telhados, caso não se viabilize o acordo com o Banco do Brasil (em estudo) para investimento em obras naquela Unidade ou não lhe sejam atribuídos recursos desta emenda.

**Roberto Paulo Correia de Araújo** solicitou esclarecimentos no que tange à destinação original, na proposta da PROPLAD, de R\$ 2.150.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil reais) para a conclusão das obras do PAF III, que já está com a sua infra-estrutura de concreto praticamente pronta, enquanto para a construção de um pavilhão de aulas em São Lázaro fora previsto um valor menor (R\$ 1.900.000,00); quis saber de que forma seria utilizado o montante de R\$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil reais) destinado à referida Faculdade na proposta da Comissão, ressaltando, contudo, a sua total concordância em priorizar-se FFCH, em face das suas condições extremamente precárias, perguntando, ainda, se estaria incluída nesse montante a construção do Instituto de Psicologia. Propondo-se a esclarecer algumas questões formuladas pelos Conselheiros Roberto Paulo e Carmen Célia, na qualidade de membro da Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças, o Conselheiro **Luiz Antonio Mattos Filgueiras** disse que a aparente incoerência dos valores apresentados (R\$ 2.150.000,00 para concluir o PAF III e R\$ 1.900.000,00 para construir um Pavilhão de Aulas em São Lázaro) fora dirimida na Comissão pelo Coordenador de Espaço Físico, Prof. Imbiriba, explicando que o Pavilhão de Aulas de São Lázaro seria bem menor que o PAF III; que a proposta original da Administração da Universidade, de construir um Pavilhão de Aulas em São Lázaro, fora alterada pela Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças, após discutir e convencer a Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de que não se deveria investir em construção sem ter um projeto global para toda a área, decidindo-se, então, que, do montante previsto para construir o pavilhão de aulas (R\$ 1.900.000,00), R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) seria utilizado para financiar a elaboração do projeto global e R\$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil reais) seriam aplicados, tão somente, em obras de recuperação das atuais instalações de FFCH, ressaltando, ainda, que o mencionado Instituto de Psicologia estaria inserido no projeto para futuras construções; e, finalizando essa sua primeira intervenção, o Conselheiro **Luiz Filgueiras** disse que os R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) previstos no item 1.3.4 da proposta da Comissão seriam aplicados em projetos executivos com vistas à construção de novas residências universitárias, vez que o Conselho Universitário decidira, anteriormente, que deveria se investir nesses equipamentos. **Luís Edmundo P. de Campos**, membro da Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças, com respeito aos elevadores, disse que a estratégia é contratar-se uma só empresa para um pacote global, de modo a reduzir os custos; e quanto a *softwares*, o Conselheiro **Luís Edmundo** declarou que a idéia, já concebida anteriormente pela Universidade, é concentrar a aquisição de *softwares* no CPD para uso coletivo, tipo antivírus, por exemplo. **Lígia Maria Vieira da Silva** ponderou que a demanda explicitada pela Conselheira Carmen Célia no que respeita a *softwares* estaria contemplada na sugestão apresentada pelo Conselheiro Antonio Albino, ou seja, nos recursos para atualização do parque de informática. **Jundiara da Paz Paim** perguntou à Comissão relatora se o levantamento acerca de elevadores fora feito a partir de uma planilha que, há alguns meses, as Unidades preencheram, informando sobre suas necessidades, encaminhada à Professora Ana Fernandes, à época Presidente da Comissão de Espaço Físico. Respondendo a esse questionamento, o Conselheiro relator, **Antonio**

**Heliodório Sampaio** declarou desconhecer tal planilha e que a Comissão se baseara nos levantamentos realizados pelo Prof. Imbiriba quando Prefeito do *Campus* e ele mesmo listara as Unidades que precisariam de novos elevadores, sugerira que deveria ser feita uma única licitação para cobrir as demandas já existentes e fornecera o valor apresentado pela Comissão. **Marlene Campos Peso de Aguiar** referiu-se às necessidades do Instituto de Biologia, especificamente, no concernente à instalação de elevador, dada a existência de dois professores deficientes físicos naquele Instituto; e ao compromisso da Universidade para com a reconstrução da Casa de Vegetação, prevista na distribuição de recursos da emenda parlamentar 2002, que não foi efetivada. **Marieta Barbosa Pereira da Silva** propôs que a cada emenda orçamentária desta natureza fosse destinado um percentual dos recursos para melhoria e atualização do acervo bibliográfico das bibliotecas da UFBA, cuja proposição, ao final do debate, a partir de uma nova provocação da supracitada Conselheira, perguntando à Mesa se estaria aprovada a sua proposta, o Magnífico Reitor considerou-a acatada pelo plenário, a partir da próxima emenda, na medida em que, disse ele, a única contestação registrada fora a do Conselheiro **Nelson de Luca Preto**, posicionando-se radicalmente contra, argüindo que o problema mais grave não é a quantidade de livros que a UFBA tem, mas a sua precária disponibilidade no sistema, por falta de pessoal para o registro.

Afora isso, a Conselheira **Marieta**, reiterando pronunciamentos de outros Conselheiros, referiu-se à necessidade de instalação de equipamentos (elevadores, rampas) que facilitem o deslocamento de deficientes físicos (professores, funcionários, alunos e visitantes) nos prédios da UFBA, recomendando um maior controle na aquisição e instalação dos elevadores, aludindo à péssima qualidade do material e serviços contratados anteriormente, em alguns casos; e concordou com os Conselheiros que a antecederam no tocante à falta de visibilidade de dados e informações na proposta de distribuição de recursos apresentada pela Comissão. **José Tavares Neto** manifestou o seu apoio às propostas formuladas pelos Conselheiros Antonio Albino e Marieta, no que tange, respectivamente, à ampliação do parque de Informática e do acervo bibliográfico, mas suscitou a necessidade de ser criada uma norma na aplicação de recursos de emendas no sentido de priorizar-se não somente questões materiais, mas também pessoas da Universidade e, registrando o seu constrangimento pelo fato de um docente da FAMED ser carregado, diariamente, pelos alunos até a sala de aula, enfatizou a premência de a UFBA definir e implementar uma política ampla de acesso para deficientes físicos em todas as suas dificuldades, algo além da instalação de elevadores e rampas, acrescentando que uma ação dessa natureza, certamente, seria muito bem vista pelos parlamentares que conceberam e aprovaram a emenda, bem como representaria um avanço da Universidade, um exemplo a ser seguido por outras instituições públicas; e, posteriormente, o Conselheiro diretor da Faculdade de Medicina enfatizou que a Universidade não deve, mais uma vez, adiar a elaboração do seu Plano Diretor e, nesse sentido, o Conselheiro **José Tavares** corroborou a proposta da Comissão de alocar-se recurso desta emenda para tal finalidade, acrescentando que, de antemão, haveria que ser constituído um Grupo de Trabalho. **Luiz Alberto Bastos Petitinga**, inicialmente reportando-se à divergência de entendimentos, registrada no início da discussão, entre as Conselheiras Carmen Célia Carvalho Smith e Nice Americano da Costa Pinto no que respeita a *software*, concebendo-o a Conselheira Carmen Célia como material permanente e a Conselheira Nice como serviço, ponderou que a verdade estaria com ambas, vez que, se acompanhado de um equipamento, o *software* seria considerado investimento; e se adquirido isoladamente, como neste caso de *software* adquirido para o CPD para uso em servidores, para dar mais segurança à rede da UFBA contra vírus etc, seria serviço. Ademais, o Conselheiro **Pró-Reitor de Planejamento e Administração**, referindo-se à questão dos elevadores, lembrou que, a rigor, todos os prédios públicos com mais de um pavimento necessitariam ser dotados de todo tipo de auxílio aos portadores de algum tipo de deficiência física, mas se a UFBA resolvesse instalar elevadores em todos os seus edifícios, só isso, provavelmente, consumiria a maior parte dos recursos desta emenda, implicando, portanto, que se priorize determinadas Unidades; quanto à disponibilização de recursos para acervo bibliográfico, o **Senhor Pró-Reitor** considerou impossível deslocar-se, nesta emenda, algum montante para tal finalidade, mas sugeriu que a proposta seja incorporada à distribuição de recursos de uma próxima emenda.

A Conselheira representante estudantil **Isadora Maria Salomão Oliveira** disse da sua preocupação porque, mais uma vez, aquele Conselho estava reunido para deliberar sobre destinação de recursos de emenda e, conforme acontecera anteriormente, poderia haver

distorções, optando-se por investir em construções que resultaram em equipamentos ociosos, como o Centro de Convivência, enquanto outras deliberações mais importantes, a exemplo do plano de segurança para a UFBA e a construção do restaurante universitário não haviam sido implementadas e, sequer, estavam previstas nessa nova distribuição de recursos. Demais disso, a Conselheira **Isadora** concordou que faltara detalhamento na proposta da Comissão no que concerne à aplicação dos recursos para elevadores (em quais Unidades seriam instalados novos elevadores e em quais seriam recuperados); quanto à verba destinada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (o que será lá, efetivamente, restaurado); quais as Unidades incluídas no item 2.1.1. do "Orçamento Participativo", com um montante de R\$ 3.300.00,00 (três milhões e trezentos mil reais); se algum dinheiro seria gasto para modificação do Centro de Convivência para uso da Extensão, anunciada em reunião passada; e finalizando, a Conselheira **Isadora** disse que, no seu entendimento, as prioridades da UFBA para investimento seriam a questão da segurança, a assistência estudantil, o restaurante e as residências universitárias. **Nelson de Luca Preto**, inicialmente, disse concordar, plenamente, com todas as falas que o antecederam no que respeita à necessidade da instalação de equipamentos que amenizem as dificuldades de acesso dos deficientes físicos aos prédios da UFBA, ressaltando, contudo, conforme suscitado pela Conselheira Marieta, que há que se pensar em soluções inteligentes, que não sejam, obrigatoriamente, elevadores, "porque implantá-los é uma coisa e mantê-los em funcionamento é outra". Prosseguindo, o Conselheiro **Nelson**, dirigindo-se, especialmente, à Conselheira Carmen Célia, enfatizou que planejamento custa caro, porque projetos bem feitos significa custo menor na execução, abominando qualquer possibilidade de projetos serem encomendados à Prefeitura do *Campus*; recomendou um certo desprendimento e visão institucional quando da distribuição efetiva do recurso previsto para as Unidades, que deverá ser feita a partir da análise de demandas registradas; manifestou a sua concordância com referência à proposta do Conselheiro Antonio Albino no atinente à atualização constante do parque de informática da Universidade, acrescentando que a UFBA carece, contudo, de uma política de informática, que inclua soluções articuladas, centralizadas, fortalecendo-se o CPD para dar suporte às Unidades e, nesse sentido, o Conselheiro **Nelson** destacou o apoio a ser dado à questão do *software* das bibliotecas; e, por último, o Conselheiro **Nelson Preto** salientou ter entendido, na reunião passada, que havia uma movimentação positiva no sentido de implantar um restaurante universitário no Centro de Convivência, aduzindo imaginar que tenha sido previsto o recurso para a execução das reformas necessárias. **Antonio Albino Canelas Rubim**, em seu segundo pronunciamento, registrou a sua anuência com respeito à necessidade de se investir algum recurso em segurança, uma questão que o próprio Conselho considerara prioritária, destacando, particularmente, os aspectos urbanização e iluminação dos *campi*; reportando-se à questão dos elevadores, disse acreditar que todos concordam que a Universidade deveria ter uma política em relação aos deficientes físicos, ponderando, contudo, que um levantamento constataria que a maioria das Unidades da UFBA não tem elevadores funcionando e que, obviamente, não se poderia aplicar todo o recurso da emenda para equacionar essa questão, mas dever-se-ia investir, sistematicamente, em elevadores, ou seja, a cada emenda seria destinada parte dos recursos para tal equipamento, priorizando-se aquelas Unidades que têm problemas mais prementes com referência a acesso de deficientes físicos. Nessa perspectiva, reiterando um aspecto levantado em sua fala anterior, o Conselheiro **Antonio Albino** sugeriu que o Conselho deveria definir padrões de investimento, criando um norte para o trabalho de gerir a Universidade, acrescentando que, por exemplo, seria razoável que se tenha padrão de investimento em planejamento da Universidade, não se fazendo obras que não estejam inseridas num Plano Diretor; que haja investimento, em todas as emendas, em atualizações, seja atualização em informática, do acervo bibliográfico, de elevadores etc. Ademais, propondo-se a esclarecer a ausência de detalhamento/informações mencionada por diversos Conselheiros no que se refere ao item "Orçamento Participativo", o Conselheiro **Antonio Albino** disse que quando a Comissão definiu alguns valores para determinadas rubricas de forma genérica, sem especificar que Unidades/Órgãos seriam contemplados, significa que as licitações serão realizadas globalmente, com base nos montantes alocados para cada item, de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos e ganhar tempo para que um estudo mais aprofundado possa ser feito; num segundo momento, então, com base em dados e informações concretas, o Conselho poderia discutir e decidir sem açodamento, identificando e contemplando aquelas Unidades em condições mais precárias. A Conselheira diretora da Escola de Dança, **Dulce Tamara Lamego**

**da Silva**, ratificou a premência de a Universidade ter um Plano Diretor e referiu-se à difícil situação da sua Unidade, que não oferece condições mínimas de trabalho aos seus professores, funcionários e alunos, não obstante desenvolva, inclusive, atividades para deficientes, que representam uma forma importante de inclusão social. **Nádia Andrade Moura Ribeiro** corroborou a preocupação de todos que a antecederam com referência ao penoso trânsito, nas dependências da Universidade, das pessoas em condições físicas especiais; e recomendou maior cuidado e fiscalização no atinente à qualificação e seriedade das empresas prestadoras de serviços a serem contratadas, a fim de evitar que se repita o desperdício de dinheiro público, conforme ocorrera nas emendas anteriores, em decorrência da péssima qualidade dos serviços executados ou até em face do descumprimento, total ou parcial, por parte das empresas, das obras ajustadas.

**Nice Maria Americano da Costa Pinto**, inicialmente, disse lamentar que, mais uma vez, o Conselho se reúna para discutir a aplicação de recursos de capital em cima da hora, partindo do zero, repetindo-se as mesmas questões, obras inacabadas, residências universitárias, restaurante universitário etc., porque a Universidade não foi capaz, embora ressaltada a sua importância, de fazer um planejamento, um diagnóstico global de suas necessidades, que previsse uma execução parcial sequenciada, com cronograma de prioridades e de tempo, executado de acordo com os recursos que fossem sendo obtidos, sejam por emendas, sejam do próprio orçamento. Prosseguindo, a Conselheira **Nice**, ratificando um seu aparte à fala da Conselheira Carmen Célia no início do debate, enfatizou que um equívoco fora cometido na proposta de distribuição de recursos apresentada, especificamente, no que diz respeito ao item 1.2.1., "Investimento do CPD: aquisição de *softwares*", argüindo, a Conselheira **Nice**, que *software* é serviço, não é equipamento e, portanto, não poderia estar incluído em verba de capital, conforme disse ser possível constatar-se no documento da Delegacia de Controle Federal, trazido pela Conselheira, que classifica no elemento "Outros Serviços Pessoa Jurídica" "locação de *softwares*", "remuneração de serviços de aluguel de programas de processamento de dados" e "aquisição de programas de processamento de dados"; destarte a Conselheira **Nice** propôs ao Conselho deslocar o recurso alocado, equivocadamente, para atender duas reivindicações surgidas no decorrer do debate, ou seja, aquisição de livros e ampliação do TELEUFBA, ou englobá-lo na compra de microcomputadores. Com referência às colocações da Conselheira **Nice Americano**, subseqüentemente, o Conselheiro Pró-Reitor de Planejamento e Administração, **Luiz Alberto Bastos Petitinga**, declarou que se houve um equívoco, este, talvez, tenha se dado na designação, na nomenclatura que foi dada, esclarecendo que os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ali alocados destinam-se, na verdade, à aquisição de novos servidores, portanto, equipamentos, que contarão com *softwares* já incorporados, para fins de segurança da rede. Finalizando esse seu pronunciamento, o Conselheiro **Pró-Reitor** esclareceu que, quando fora feita a proposição da emenda aos parlamentares, não fora incluída, naquela ocasião, a aquisição de acervo bibliográfico, tornando-se, desse modo, extremamente difícil fazê-lo neste momento, vez que isso implicaria alteração da lei orçamentária. Tal afirmação do Conselheiro Petitinga foi, em seguida, contestada pela Conselheira Nice Americano, argüindo que quando uma emenda é aprovada e publicada, não o é com especificações e detalhamentos, destacando, apenas, o elemento de despesa, resultando que a Universidade, se lhe convier, poderá utilizar o recurso para aquisição de acervo bibliográfico. **Lina Maria Brandão Aras** agradeceu e destacou a visita da Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, dispondo-se a ouvir as demandas daquela Unidade e contribuindo, decisivamente, para a Congregação mudar a sua posição e proposta, convencida que fora que mais importante do que construir, neste momento, um pavilhão de aulas em São Lázaro é ter um plano para toda a área, que oriente o caminho a ser seguido até a construção de um grande *campus* em São Lázaro. Ademais, a Conselheira Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas agradeceu, também, a seus pares a constatação de que acatavam priorizar a sua Unidade naquela distribuição de recursos, não obstante refutasse a condição de privilégio, ponderando, ainda, que o montante previsto para as obras de recuperação das instalações físicas daquela Unidade (R\$ 1.750.000,00) é muito dinheiro e em que pese a situação de extrema precariedade das referidas instalações, a expectativa da Comissão é que sobre algum desse recurso para outras prioridades. **Cristiano Marques do Nascimento** disse que uma Comissão deveria, previamente, levantar as demandas da Universidade e definir as suas prioridades, a fim de que quando da existência de recursos, estes sejam, efetivamente, bem aplicados, de acordo com um plano preexistente.

Ademais, o Conselheiro **Cristiano** reiterou algumas questões já abordadas por outros Conselheiros, a exemplo da falta de detalhamento na proposta da Comissão, que dificultava a análise e o posicionamento dos Conselheiros; da pertinência de investir-se algum recurso no plano de segurança da UFBA; e da necessidade de uma fiscalização mais rigorosa às empresas contratadas para a realização das diversas obras.

**Luiz Antonio Mattos Filgueiras**, nesta sua segunda intervenção, disse que, efetivamente, o ideal seria se a Universidade já dispusesse, neste momento, do diagnóstico de suas necessidades e prioridades, de modo a nortear a aplicação dos recursos desta emenda, que se, efetivamente, forem liberados, o serão, provavelmente, muito próximo do encerramento do exercício financeiro; que, como esse levantamento não existe e o prazo para utilização dos recursos é curto, não foi possível a Comissão apresentar o detalhamento a que se referiram alguns Conselheiros; que, em princípio, todas as Unidades, à exceção de FFCH (tratada particularmente), estarão incluídas na aplicação dos R\$ 3.300.000,00 (item 2.1.1) e dos R\$ 1.400.000,00 (itens 2.1.2, 2.1.3 e 2.2), sendo recomendável, no entanto, que se promova licitações globais, para, posteriormente, com base no estudo das demandas e prioridades das Unidades, proceder-se ao detalhamento da distribuição dos recursos. **Erick Magalhães Vasconcelos**, diretor da Escola de Música, ressaltou, também, a relevância de um Plano Diretor para a Universidade e relatou os sérios problemas de infra-estrutura de sua Unidade, incluindo a falta de espaço apropriado ao desenvolvimento das atividades acadêmicas especiais dos seus cursos. **Marco Antonio Nogueira Fernandes** enfatizou, também, a importância do Plano Diretor com vistas à otimização da aplicação dos recursos de futuras emendas orçamentárias; solicitou maiores esclarecimentos no que respeita ao tipo de investimento pensado para o CPD, concordando que o suporte à rede é fundamental; concordou que os R\$ 3.300.000,00 estão colocados de maneira vaga; e referiu-se às dificuldades estruturais do Instituto de Matemática e às constantes interrupções de energia elétrica no *Campus* de Ondina, causando prejuízos, cumulativamente, aos equipamentos. Retomando a palavra, o Magnífico Reitor, Prof. **Naomar Monteiro de Almeida Filho** lembrou que a Comissão para elaboração do Plano Diretor da UFBA já existe, que o andamento desse trabalho já fora informado ao Conselho em mais de uma oportunidade, acrescentando que reuniões setoriais com alguns diretores de Unidades já haviam sido realizadas, bem como já fora promovido um Seminário, com a participação de representantes de outras universidades com experiência no assunto, embora a participação de diretores da UFBA nesse evento não tenha sido significativa. Finalizando esse seu pronunciamento, **Sua Magnificência** disse que, considerando que o debate sobre o Plano Diretor não estava em pauta, propunha o agendamento, num prazo não muito curto, de uma reunião específica com vistas à discussão de uma proposta preliminar a ser apresentada pela Comissão, já com o resultado dessa tomada de informações em curso. Subseqüentemente, encerrando a fase de discussão, o Conselheiro Relator, **Antonio Heliodório Lima Sampaio**, mais uma vez fez uso da palavra, declarando que os questionamentos são legítimos e recorrentes, em face das distorções geradas pela falta de um planejamento físico para a UFBA, "que isto não é uma falha deste reitorado, mas vem de longa data", aduzindo, o Conselheiro **Heliodório**, que se alguma contribuição ele está dando na Comissão é, exatamente, no sentido de mobilizar a Universidade a fim de que ela tenha o seu Plano Diretor, que deverá ser discutido pelo Conselho a cada etapa.

Prosseguindo, o Conselheiro relator ponderou, contudo, que, naquele momento, não haveria que se discutir um plano estratégico para a UFBA, mas apenas a proposta de aplicação de recursos de uma emenda que, inclusive, poderá até não ser liberada; reconheceu que em termos de planejamento o que está posto é insuficiente, mas é o que fora possível colocar, haja vista o tempo disponível; disse que a Comissão admitira, com o endosso da coletividade, que, neste momento, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas teria prioridade, não obstante a existência de outras Unidades no mesmo ou próximo do patamar de precariedade física de FFCH, acrescentando que investir, maciçamente, em uma Unidade é, também, uma estratégia concebida pela Comissão, de modo a não pulverizar recursos; que projetos executivos para residências universitárias foram previstos com fulcro em compromisso preexistente do Conselho; que os projetos elétricos se fazem necessários porque algumas subestações estão a ponto de estourar; que no concernente ao "Orçamento Específico", já todo comprometido, não haveria grandes discussões, imaginando que todos concordam que a conclusão das obras do PAF III é uma coisa desejada; que os valores apresentados para cada item não são aleatórios, mas foram estimados com base em suas experiências profissionais. Quanto ao "Orçamento

Participativo", o Conselheiro relator argüiu que a Comissão não poderia, no tempo de que dispôs, de uma semana, fazer um diagnóstico e já apontar a distribuição dos recursos por Unidade, afóra que esta é uma discussão que deverá acontecer no Conselho, que não é só técnica, mas também política, com base nas informações disponíveis, mas com uma certa dose de consenso e grandeza para pensar institucionalmente e não cada qual tentando convergir para a sua Unidade; que o "Orçamento Participativo" é aberto, considerando o montante de R\$ 6.450.000,00 (seis milhões, quatrocentos e cinqüenta mil reais) e que, em princípio, todas as Unidades são potencialmente candidatas a esse recurso; que a totalidade dos recursos da emenda, dez milhões de reais, seria insuficiente, se fosse o caso, para fazer a manutenção corretiva de todas as Unidades; que há que se decidir se a proposta apresentada pela Comissão aponta, efetivamente, os itens prioritários que todos acordam ou há que se fazer ajustes, ressaltando, contudo, que o entendimento na Comissão fora que há que se investir, realmente, algum recurso em planejamento e projetos. Ademais, o Conselheiro **Antonio Heliodório** abordou a questão da fiscalização, concordando que a da UFBA é precária, mas salientando que não adianta criticar a Prefeitura do *Campus*, porque ela não tem técnicos suficientes para fiscalizar o volume de obras que a Universidade promove, sendo recomendável, portanto, disse ele, que se terceirize esse serviço, a fim de evitar os problemas que ocorreram quando das outras emendas, afóra que a Universidade não dispõe, em seu quadro técnico, de determinadas categorias de especialistas para proceder à fiscalização de certas obras, a exemplo da instalação de elevadores, competência do Engenheiro Mecânico. Por fim, o Conselheiro **Antonio Heliodório** referiu-se à necessidade de a UFBA elaborar, também, um Plano de Manutenção das Unidades. Esgotadas as inscrições, o **Senhor Presidente** retomou a palavra e sistematizou a discussão, dizendo que pudera depreender, ao longo do debate, que duas alterações à "Tabela de Distribuição de Recursos" haviam sido propostas, a saber: o item 1.2.1., "Investimento do CPD: aquisição de *softwares*", modificar-se-ia para "Investimento do CPD: aquisição de servidores", e o item 1.2.2., "Aquisição de microcomputadores", sairia do "Orçamento Específico" para integrar o "Orçamento Participativo", com o nomenclatura "Investimento em Informática".

Subseqüentemente, não obstante a absorção declarada da relatoria no que respeita às duas proposições, o Senhor Presidente, em decorrência de questionamento e proposição formulados pelo Conselheiro Marco Antonio Nogueira Fernandes, decidiu que a transferência do item 1.2.2. ficaria em destaque, a ser votado posteriormente. Destarte, o **Senhor Presidente submeteu à votação, inicialmente, o Relatório e a Tabela de Distribuição de Recursos da Emenda 2003 elaborados pela Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças, incluída a alteração, retro explicitada, à nomenclatura do item 1.2.1., os quais foram aprovados por quase a totalidade dos votos, registrando-se, apenas, uma abstenção.** Logo após, a Conselheira representante estudantil **Isadora Maria Salomão Oliveira** declarou o seu voto, registrando, inicialmente, a sua apreensão de que aquela fosse mais uma reunião em que o Conselho Universitário da UFBA deliberaria pela elaboração de um plano diretor que não se concretizará, levando o Conselho a continuar discutindo orçamento, definição de prioridades, sem um embasamento concreto, sem planejamento real. Contudo, prosseguindo, a Conselheira **Isadora** manifestou uma certa expectativa positiva, ao declarar que espera que se comece, efetivamente, a agilizar a consecução do Plano Diretor, sugerindo que os estudantes participem dos trabalhos, principalmente, os estudantes de Arquitetura, como atividade de extensão, com o incentivo de bolsas, cuja proposição foi explicitamente corroborada, posteriormente, pelo Conselheiro Vice-Diretor da Escola Politécnica, **Luís Edmundo P. de Campos**, acrescentando que, nessa perspectiva, se poderia incluir uma parceria com as empresas juniores que existem na Universidade, sendo, nesse particular, contestado pela Conselheira Isadora. Na sequência, o **Senhor Presidente** anunciou que sufragaria, em seguida, o destaque referente ao item 1.2.2. ("Aquisição de microcomputadores"), lembrando que existiam duas proposições: a primeira, seria ele permanecer onde estava, ou seja, no "Orçamento Específico", fundido ao item 1.2.1. ("Investimento do CPD: aquisição de servidores"), com a designação de "Investimento em Informática", totalizando-se os valores previstos para os dois itens (R\$ 300.000,00 + R\$ 500.000,00); a segunda proposição, absorvida pela Comissão relatora, fora a transferência do item 1.2.2. para o "Orçamento Participativo", também, com a nomenclatura "Investimento em Informática".

Seguindo a praxe no Conselho, o **Senhor Presidente submeteu à votação, em primeiro lugar, a segunda alternativa** - em se tratando, esta, de proposta acatada pela Comissão

relatora - **a qual foi aprovada por quase a totalidade dos votos (26 votos a favor, nenhum contra e 1 abstenção)**. Sucedendo essa segunda votação, declarou o voto o Conselheiro **Marco Antonio Nogueira Fernandes**, dizendo que, no seu entendimento, aprovado como "Orçamento Participativo", o "Investimento em Informática" não se configuraria como uma política, realmente, estratégica para a Universidade, reiterando que seria fundamental que tal investimento tivesse permanecido como "Orçamento Específico", totalizando R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Em nível de esclarecimento, subseqüentemente, o **Magnífico Reitor** ressaltou que, por sugestão do Conselheiro Nelson Pretto, aquele Conselho já havia deliberado por incorporar à sua pauta de reuniões extraordinárias o tema "Política de Informática para a UFBA". Em seguida, o **Senhor Presidente** anunciou o esgotamento do tempo previsto para a duração da reunião, propondo uma outra reunião extraordinária na semana seguinte para discutir o segundo ponto da pauta ("Situação Financeira da UFBA"). Posteriormente, após responder os questionamentos formulados pelos Conselheiros Luiz Filgueiras e Marieta Barbosa, esta sobre a alocação de recurso para acervo bibliográfico e aquele solicitando notícias sobre liberação de recursos do Governo para as universidades.

### **Expediente:**

**Senhor Presidente**, o Vice-Reitor, Prof. Francisco José Gomes Mesquita, declarou aberta a sessão e, em seguida, rapidamente comentou a invasão de prédio da UFBA por integrantes do movimento dos sem-teto, fato já divulgado pela Imprensa, e informou sobre as providências encaminhadas pela Administração Central da Universidade no sentido de equacionar a questão.

**Local:** UFBA

**O que ocorrer:**

Não houve o que ocorrer

### **Participantes:**

Sob a presidência

inicialmente

do Vice-Reitor

Conselheiro FRANCISCO JOSÉ GOMES MESQUITA

e

posteriormente

do Magnífico Reitor

Professor Doutor NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO

tendo sido registradas as presenças dos Conselheiros a seguir nomeados: Professores LUIZ

ALBERTO BASTOS PETITINGA (Pró-Reitor de Planejamento e Administração)

Neusa Dias Andrade de Azevedo (Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas)

MARIA CELESTE DE ALMEIDA WANNER (EBA)

MAGDA HELENA ROCHA DANTAS (ENF)

Kátia Maria de Carvalho Custódio (ICI)

Lígia Maria Vieira da Silva (ISC)

José Vasconcelos Lima Oliveira (MEV)

LUIZ ANTONIO MATTOS FILGUEIRAS (ECO)

EDMAR JOSÉ BORGES DE SANTANA (ODO)

ROBERTO PAULO CORREIA DE ARAÚJO (ICS)

Paulo Gabriel Soledade Nacif (AGR)

LUÍS EDMUNDO P. DE CAMPOS (ENG)

Antônio Heliódório Lima Sampaio (ARQ)

NÁDIA ANDRADE MOURA RIBEIRO (FAR)

Lina Maria Brandão Aras (FFCH)

Marlene Campos Peso de Aguiar (BIO)

ERICK MAGALHÃES VASCONCELOS (MUS)

José Alexandre de Menezes (FCC)

ELIENE BENÍCIO AMÂNCIO COSTA



COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVO - CPArq

End.: Rua Augusto Viana, s/n - Canela - Palácio da Reitoria - Térreo CEP: 40.110-060

Telefone: (0\*\*71) 3283-xxxx Fax: (0\*\*71) 3283-xxxx

E-mail: [cparq@ufba.br](mailto:cparq@ufba.br)

**Link:** <https://cparq.ufba.br/ata-da-sessao-extraordinaria-do-conselho-universitario-realizada-em-22102003-0>